



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ - IPI**  
Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001  
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47



**ATA Nº 258 DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA – CMP - GESTÃO 2021/2022 DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ.** Aos vinte e oito do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um (28/07/2021) às 14h00 (quatorze horas), reuniram-se, em sessão ordinária na sala de reuniões do IPI, os conselheiros devidamente nominados representando suas entidades, sob a Presidência da Conselheira Sra. Constância da Silva Anacleto (ASPAMI). Composto o quórum estavam presentes os Conselheiros: Sra. Márcia Bertoldi Pereira (GOVERNO), o Sr. Paul Benedict Millan Estanislau (CVI), Sr. Fernando Castellon Filho (SINDIFOZ) e Sr. João Alberto da Silva (ASPMI), além dos Conselheiros suplentes: Sra. Eugenia Maria da Silva Brito Francelino (ASPAMI), Sra. Gleide Nara Amorim (SINDIFOZ), Sr. Ivo Olampio Vicente (ASPMI), e a Sra. Natália Corrêa Casas (IPI). Registrada a presença da Diretora Presidente do IPI, Sra. Maria Elisabeth Bittencourt, da Controladoria Interna do IPI, Sra. Fernanda da Silva Assaf, e do contador, Sr. Fernando Kotowski. **PRIMEIRO ASSUNTO DO DIA: APROVAÇÃO DA ATA N. 257 DO CMP:** A Presidente do CMP abriu a reunião com a discussão de aprovação da ata da reunião nº 257, referente à reunião ordinária do mês de junho/2021. A ata foi aprovada por todos os conselheiros. **SEGUNDO ASSUNTO DO DIA: RELATÓRIOS DO CONTROLE INTERNO E DA OUVIDORIA DO IPI:** A Presidente do CMP passou a palavra à Sra. Fernanda da Silva Assaf que passou a explicar aos conselheiros o relatório da Controladoria Interna, referente ao primeiro semestre de 2021. Informou aos conselheiros que embora tenha havido um aumento considerável de benefícios concedidos, especialmente da pensão por morte, todos os processos concedidos pelo IPI foram dentro do prazo e sem equívocos que pudessem gerar restrições por parte do TCE ou que prejudicassem o segurado do RPPS. O relatório foi aprovado por unanimidade pelos conselheiros. A sra. Fernanda também apresentou os números apurados pela Ouvidoria do IPI no primeiro semestre de 2021, destacando que todas as manifestações dos servidores foram positivas. **TERCEIRO ASSUNTO DO DIA: CONTAS DO IPI/TAXA DE ADMINISTRAÇÃO 2020:** Os conselheiros lembraram que até a presente reunião o Conselho Fiscal não havia publicado seu parecer sobre as contas do IPI, no qual o tema taxa de administração se fazia presente. Mediante as diversas tentativas de conversar com o Conselho Fiscal sobre o tema, os Conselheiros resolveram mais uma vez oficiar o órgão fiscalizatório sobre a situação. A Diretora Presidente do IPI comentou que similar situação com o repasse da taxa de administração por parte do Governo continua acontecendo neste ano, momento em que apresentou ofício n. 033/2021, datado de 09/02/2021, encaminhado pelo Secretário da Fazenda, no qual afirma que vai manter a mesma prática de não passar o valor determinado por lei à taxa de administração. Os conselheiros resolveram oficiar também a gestão do IPI para que se posicione sobre isto e explique que ações estão sendo tomadas para que a

taxa de administração seja repassada na forma disposta pela Lei Complementar 13/2001. **QUARTO ASSUNTO DO DIA: OFÍCIO A GESTÃO SOBRE ESTUDO ATUARIAL E O DEFICIT DO RPPS:** Os conselheiros debateram sobre a Nota técnica SEI nº 18162/2021/ME que trata dos esclarecimentos sobre as transferências destinadas a promover o equilíbrio atuarial dos RPPS, entendendo que há nela ideias interessantes que podem ser adotadas pelo Governo Municipal com relação ao déficit do regime de repartição. Os conselheiros designaram a conselheira Natália e o conselheiro Paul para que incluam no ofício as questões trazidas pela nota discutida. **QUINTO ASSUNTO DO DIA: MINUTA DO PROJETO DE LEI SOBRE O IMPACTO DA EC 103/19 NO RPPS DE ITAJAI:** os conselheiros questionaram a gestão do IPI sobre o andamento do projeto de lei que poderá alterar a incorporação de determinadas gratificações na aposentadoria dos servidores. A Diretora Presidente do IPI informou que o assunto está sendo debatido no âmbito da Procuradoria do Município, especialmente sobre se tratam o assunto por lei ou por decreto. A Diretora Presidente se comprometeu a informar os conselheiros sobre o andamento da questão e apresentar a minuta da lei/decreto quando este estiver pronto. Nada mais havendo, foi encerrada a sétima reunião ordinária. Eu, Fernando Castellon Filho, lavrei a presente que depois de lida, discutida e aprovada, vai assinada por todos os presentes. Itajaí (SC), 28 de julho de 2021.

Constância da Silva Anacleto  
*Presidente*

Fernando Castellon Filho  
*Secretário*

João Alberto da Silva

Márcia Bertoldi Pereira

Vitor Paul Woyakewicz

Paul Benedict Millan Estanislau

Natália Corrêa Casas

Gleide Nara de Amorim

Ivo Olampio Vicente

Eugênia Maria da Silva Brito Francelino

